

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo aciona PF e CGU para investigar ONGs..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Medidas fiscais já deixadas de lado voltam ao radar do governo..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Previ vê "ilações" e TCU diz não ter data para auditoria..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU aprova urgência em auditoria na Previ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PSB e PDT cobram espaços mais relevantes na Esplanada..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça barra acesso de Musk a arquivos do Tesouro dos EUA..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ação no STF questiona regulamentação da reforma tributária..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quase R\$ 2 milhões em cargas apreendidas..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contra alta de preços de alimentos, Lula sugere boicote a produtos caros..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Alívio no câmbio e na Bolsa..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A economia e o estrago eleitoral - CELSO MING..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Situação fiscal impede que o Brasil atinja metas do clima (Artigo)..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad vê "acomodação mais rápida" da inflação..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Lucro de R\$ 41,4 bi do Itaú em 2024 é o maior da história bancária do país..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guerra de Trump vai reduzir PIB global, estima Bradesco..... 23

Sexta-Feira, 7 de Fevereiro de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Milei volta a defender fim do controle cambial 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Banco Central está mais confiante na inflexão no mercado de crédito 25

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
POLÍTICA

Reforma sem rumo não conserta nada 26

Governo aciona PF e CGU para investigar ONGs

» ISRAEL MEDEIROS

O governo acionou a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) para investigar possíveis irregularidades na atuação de organizações não governamentais (ONGs) do programa Cozinha Solidária, em São Paulo. Reportagem de O Globo mostrou, ontem, que uma entidade contratada por R\$ 5,6 milhões pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) subcontratou organizações ligadas a políticos petistas para entregar marmitas a pessoas em situação de vulnerabilidade social na Zona Sul de São Paulo. As entregas, no entanto, não foram feitas, ou foram apenas parcialmente cumpridas.

O Cozinha Solidária atua em 12 estados e é operado em São Paulo pelo Movimento Organizacional Vencer, Educar e Realizar (Mover Helipa). A entidade é dirigida por José Renato Varjão, que foi assessor do deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022, e que também assessorou o deputado estadual de São Paulo Ênio Tatto (PT).

Entre as ONGs que teriam sido subcontratadas por Varjão, segundo a reportagem, estaria a Cozinha Solidária Madre Teresa de Calcutá, gerenciada por uma ex-assessora do ex-vereador Arelino Tatto (PT), que se comprometeu a entregar 4,5 mil refeições por mês a partir de dezembro, mas não cumpriu o combinado.

Outra ONG envolvida é a Cozinha Solidária Instituto Rosa dos Ventos, que, segundo dados da **Receita Federal**, é presidida por Anderson Clayton Rosa, atualmente assessor de Nilto Tatto.

"Informamos que, imediatamente após o recebimento da denúncia sobre cozinhas solidárias em São Paulo, o ministério acionou a Rede Federal de Fiscalização de programas vinculados ao Cadastro Único, um núcleo que trabalha integrado com CGU, AGU, Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle. Tudo com o firme propósito de alcançar os objetivos e a correta aplicação dos recursos públicos", disse o MDS, comandado pelo ministro Wellington Dias.

A pasta também defendeu o programa Cozinha Solidária, que teria contribuído, segundo o ministério, para alimentar e qualificar profissionalmente as

populações da região da Zona Sul de São Paulo. "Enfatizamos que, em havendo a comprovação de irregularidades, fraude ou desvio, a entidade será descredenciada e sofrerá todas as penalidades previstas em lei, inclusive, com a devolução dos recursos recebidos para aplicação no programa", destacou.

Oposição vai ao TCU.

Integrantes da oposição acionaram o Tribunal de Contas da União (TCU), responsável por fiscalizar os gastos da União.

O deputado federal Sanderson (PL-RS) pediu ao tribunal e à Procuradoria-Geral da República (PGR) que investigue possíveis irregularidades. Solicitou, ainda, que o contrato do ministério com a Mover Helipa seja suspenso, inclusive, com o congelamento dos repasses, já que a situação configuraria uma violação dos princípios da administração pública. O partido Novo também acionou o TCU.

O deputado Nilto Tatto enviou ao Correio uma nota em que disse que mantém, desde 2015, o funcionário Anderson Clayton Rosa como seu assessor. Segundo o parlamentar, Anderson é líder comunitário e presta serviços relativos à rotina parlamentar, como organização de reuniões e encaminhamento de emendas.

Ele disse não ter conhecimento de envolvimento de assessores ou ex-assessores em ilegalidades. "Se por acaso for constatada alguma irregularidade ou problema de aplicação dos recursos públicos destinados aos projetos mencionados, bem como a qualquer outro, esta deve ser rigorosamente apurada e, em caso de comprovação das acusações, que seus responsáveis sejam punidos".

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/07/all.pdf>

Medidas fiscais já deixadas de lado voltam ao radar do governo

Fernando Exman e Lu Aiko Otta De Brasília

O governo estuda retomar medidas que foram deixadas de lado em novembro do ano passado e acioná-las, caso as projeções fiscais apontem para a necessidade de um congelamento muito forte de despesas, a fim de cumprir a meta de déficit zero este ano. Será oferecida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a opção de promover algumas iniciativas de ajuste, em vez de dar um "tranco" nas despesas.

Sabe-se que será preciso melhorar o ambiente político para viabilizar esse plano. Além disso, não deverão ser apresentadas a Lula propostas de caráter estrutural, cobradas por especialistas em contas públicas, como a de-sindexação de despesas em relação ao salário mínimo. Isso só deve ocorrer após as eleições de outubro de 2026: antes do pleito não haverá condições políticas para aprovar medidas impopulares, dizem interlocutores do governo, mas sem elas o próximo presidente da República enfrentará dificuldades para operar dentro das regras definidas pelo novo arcabouço fiscal.

A estratégia tem sido discutida em reuniões da Junta de Execução Orçamentária (JEO), da qual fazem parte os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e da Gestão. E a data da divulgação do segundo relatório bimestral de receitas e despesas, prevista para 22 de maio, é vista como o "Dia D" para uma decisão.

A essa altura do ano, já será possível ter um quadro mais claro sobre o comportamento das receitas, diante da queda na atividade econômica projetada para o período, fruto dos juros mais elevados. Se a retração se confirmar, é provável que se torne necessário um contingenciamento elevado. O economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, por exemplo, estima que seriam precisos R\$ 35 bilhões.

Neste início de ano o governo tem sido beneficiado por um ritmo mais lento na execução das despesas. É um comportamento típico dessa época, intensificado pelo fato de o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 não ter sido aprovado ainda pelo Congresso. A lei diz que, nesses casos, os ministérios podem gastar 1/12 do previsto no ano em determinadas rubricas. No entanto, a liberação tem sido mais restrita, ao ritmo de 1/18 a 1/20 por mês.

Além disso, as receitas tendem a ser fortes neste início do ano, refletindo ainda a atividade robusta de 2024. Não se deve descartar, também, receitas extraordinárias relevantes: existe uma expectativa, por exemplo, em relação ao lançamento pela Caixa Seguridade de sua oferta subsequente de ações ("follow-on"). Segundo o Valor revelou, a operação está sendo preparada para o próximo dia 13, ou seja, logo após a divulgação do resultado do quarto trimestre de 2024.

Na equipe econômica, reconhece-se a necessidade de medidas estruturais para dar um claro sinal de que as contas públicas deixarão o campo deficitário. No entanto, também se avalia que só deve haver espaço político para o avanço neste momento de ajustes pontuais, os quais permitem cumprir as metas do arcabouço, mas não a estabilização da dívida - inclusive porque para isso será preciso uma redução relevante da taxa básica de juros.

Segundo fontes do governo, a novela do pacote de novembro passado deixa isso claro. O presidente Lula não concordou com as medidas de ajuste mais duras, justamente as que teriam impacto na estrutura dos gastos públicos. O conjunto já chegou desidratado ao Congresso Nacional, que, por sua vez, ao contrário do que era esperado por alguns integrantes do mercado e do próprio governo, não aprofundou o ajuste. Pelo contrário, o afrouxou.

Agora, o desafio dos articuladores políticos do Executivo será dar tração a essa agenda após a eleição das novas Mesas Diretores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na avaliação de interlocutores do governo, o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem dado todos os sinais de alinhamento com a pauta fiscal. Depende dele o avanço da proposta de alteração do sistema de proteção social dos militares.

Recém-eleito presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) também tem uma boa inter-locação com o Palácio do Planalto. Porém, não passou despercebido que em seu primeiro discurso após receber 73 dos 81 votos da Casa, o senador afirmou no sábado (1 -) que o Congresso trabalhará para melhorar a vida dos brasileiros, mas que por vezes isso exigirá um "posicionamento corajoso" perante os outros Poderes,

a opinião pública e o mercado. Depende dele o andamento da proposta que visa reduzir os chamados "supersalários" do funcionalismo.

Avalia-se nos bastidores do Executivo que essas duas propostas têm chances de passar, mas com alterações. Na noite de quarta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou durante entrevista à GloboNews que foi estabelecido um "entendimento" com Hugo Motta sobre a proposta dos "supersalários".

"Se o projeto que já foi votado na Câmara e que está no Senado voltar com ingredientes novos para corrigir essa distorção, a Câmara está disposta [a analisar as mudanças]", disse Haddad, acrescentando que já se encontrou com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do assunto e que se reunirá na terça-feira (11) com senadores.

Segundo Haddad, "existem indenizações [pagas atualmente] que são corretas". "Muitas vezes um juiz está substituindo o outro em uma comarca e tem despesas de estadia e alimentação que não teria se não substituísse", ponderou.

Em outra frente, é possível que o governo retome também a tentativa de apertar os critérios de concessão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). A proposta do governo foi afrouxada pelo Congresso, que excluiu, por exemplo, a proibição de serem pagos dois benefícios numa mesma família. Além disso, forçou um acordo pelo qual Lula vetaria o dispositivo que proibia a concessão a pessoas com deficiência leve.

Neste caso, será necessário muito poder de convencimento dos parlamentares para que o aperto seja retomado, dado que o Legislativo já decidiu sobre o tema no ano passado. O governo argumenta que a concessão do BPC a pessoas com deficiência leve por decisão da Justiça tem acelerado desde 2022. No ano passado, as despesas com o programa atingiram R\$ 105,7 bilhões, ante R\$ 88,9 bilhões no ano anterior.

A revisão de gastos tributários, sempre prometida pelo governo federal, entra no cardápio das medidas adicionais na lógica de o ajuste não investir apenas so-

bre os pobres. No curto prazo, a ideia é fazer uma espécie de "pente-fino" no uso dos benefícios fiscais, e cortá-lo para empresas que não se enquadram nas regras de fruição. Esse trabalho já vem sendo feito pela **Receita Federal**, e poderá ser ampliado. Uma opção lembrada é buscar um maior controle em relação ao Simples, para que se evite que uma mesma pessoa abra diversas empresas com o intuito de se

enquadrar nesse regime.

O plano de voo discutido na JEO pressupõe uma condução mais conservadora do Orçamento no curto prazo. É como pretende recuperar a credibilidade do mercado na política fiscal e, assim, reduzir a pressão que o desequilíbrio das contas públicas exerce sobre o câmbio, a **inflação** e os juros. Por isso, o contingenciamento forte e mirando no déficit zero está sobre a mesa.

Contingenciamento, bloqueios e a programação financeira limitada nas despesas que vem sendo aplicada na ausência da lei orçamentária anual são instrumentos tradicionais da política fiscal que, diz-se nos bastidores, "o mercado entende". O primeiro é acionado quando as projeções apontam para o descumprimento da meta. O segundo, quando as despesas projetadas "estouram" o teto estabelecido no arcabouço.

O valor do teto é corrigido pela **inflação**, e as taxas maiores do que as esperadas no fim de 2024 farão com que haja um acréscimo da ordem de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões. Esse é um dos ajustes que o governo precisará fazer no PLOA de 2025.

No entanto, embora a margem mais elevada para gastos esteja animando ministérios, técnicos avaliam que não haverá espaço adicional para gastos. Isso porque as despesas com a Previdência também subirão acima do que consta do PLOA e consumirão toda a margem extra.

A falta de credibilidade na política fiscal atingiu seu auge no final do ano passado, quando contribuiu para impulsionar a cotação do dólar para o recorde de R\$ 6,27. Admite-se nos bastidores que parte desse aumento é, de fato, explicada pelo pacote anunciado quando o mercado esperava um "pacotão", e pela falta de aval de Lula a medidas mais ambiciosas. Mas parte é considerada um exagero que agora reflui.

Se o governo Lula não der mais sinais errados no campo fiscal, argumentam altas fontes do Executivo, o dólar pode voltar a seu padrão tradicional de funcionamento, pautado atualmente principalmente pelo cenário político externo e pelos efeitos do clima sobre a produção de commodities.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=14§ion=1>

Previ vê "ilações" e TCU diz não ter data para auditoria

O Tribunal de Contas da União (TCU) informou ontem que ainda não definiu um prazo para o início de auditoria na caixa de previdência da Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), em decisão aprovada na quarta-feira.

A Corte apontou "situação de inequívoco risco" para beneficiados e indicou "sérios problemas de gestão". Em nota, o fundo classificou as conclusões do TCU como "ilações".

Na sessão de quarta-feira, o ministro Walton Alencar Rodrigues avaliou que os resultados obtidos no ano de 2024 "dão causas a gravíssimas preocupações".

Ele mencionou que o Plano 1 da Previ acumulou "prejuízo" de aproximadamente R\$ 14 bilhões.

Desde o início do governo, a Previ é administrada por João Fukunaga, egresso do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

"Foi péfio o desempenho dos planos da Previ para quase todas as classes de investimentos", afirmou o ministro Walton, na sessão do TCU.

O presidente da Corte, Vital do Rêgo, determinou uma auditoria em caráter de urgência - a Previ já passaria por um pente-fino por conta de decisão do próprio colegiado de meados de 2024.

"Acerca das ilações de falhas na gestão, a entidade registra seu mais veemente repúdio, pois afirmações rasas trazidas a público desqualificam um assunto de relevada importância para milhares de associados, e levam intranquilidade para pessoas que, em sua maioria, já passaram dos 70 anos de idade", diz a Previ, em nota.

De acordo com o fundo, o ano de 2024 foi de grande volatilidade.

"Os planos continuam em equilíbrio - muito por conta do bom resultado de 2023, também construído pela atual gestão da entidade.

Não há, portanto, nenhum risco de equacionamento (quando um fundo tem de zerar o prejuízo imediatamente), nem de pagamento de contribuições extraordinárias pelos associados ou pelo Banco do

Brasil", afirma a Previ.

A Previ afirma na nota não comentar o mérito da decisão do TCU, mas diz que o resultado negativo não levou à venda de ativos ou equacionamento.

"O déficit de um determinado período não pode ser confundido com prejuízo. São conceitos bem distintos. A Previ não precisou vender nenhum ativo em 2024 para recompor suas reservas ou cumprir com suas obrigações." Também ontem, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp) defendeu, em nota, que a rentabilidade dos fundos de pensão precisa ser analisada no longo prazo. Para a entidade, a "interpretação limitada" de um período específico poderia gerar "percepções equivocadas sobre a solidez e governança" do sistema de **previdência complementar** fechada.

Administração

Desde o início do governo, a Previ é gerida por João Fukunaga, ex-Sindicato dos Bancários de SP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU aprova urgência em auditoria na Previ

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou um pedido de urgência para abertura de uma auditoria na Previ, a fundação de **previdência complementar** dos funcionários do Banco do Brasil, como informou a coluna de Lauro Jardim, no GLOBO.

Para sustentar o pedido, o ministro Walton Alencar ressaltou que o principal fundo de pensão da fundação do Banco do Brasil registrou déficit de R\$ 14 bilhões no acumulado de janeiro a novembro de 2024. A Previ nega qualquer risco de desequilíbrio.

Os fundos de **previdência complementar**, formados com contribuições de empresas e seus empregados para pagar uma aposentadoria extra, reúnem um total de R\$ 1,3 trilhão em investimentos, segundo a Abrapp, a associação que representa as entidades. A Previ é a maior do país, com R\$ 270 bilhões em investimentos, segundo dados de agosto. A gestão costuma ser compartilhada entre empresas e empregados.

A determinação de realizar o levantamento na Previ foi aprovada no plenário do TCU em agosto do ano passado, mas até agora não saiu do papel. Por isso, na sessão do plenário de quarta-feira, o ministro Alencar, relator do processo que resultou na determinação, pediu urgência.

Em **comunicado** na sessão, Alencar disse que a ideia é mapear "potenciais riscos", tendo em vista "os muitos exemplos danosos já ocorridos".

Os "exemplos danosos" passam, quase sempre, pelas fundações de previdência das estatais. Nesses casos, o governo exerce influência, na posição de controlador das empresas.

Problemas de má gestão e ingerência política são históricos. Na primeira metade dos anos 1990, as entidades foram pressionadas a investir no programa de privatizações. Depois, a partir dos governos do PT, líderes sindicais ganharam espaço.

Com o aquecimento da economia nos anos 2000, investiram mais em concessões de infraestrutura e na indústria petrolífera. Assim, viram seus negócios serem atingidos pelos casos de corrupção revelados pela Lava-Jato, a partir de 2014. Os fundos de pensão foram investigados na Operação Greenfield, em 2016.

Alencar cobrou urgência porque os resultados de 2024 da Previ "dão causas a gravíssimas preocupações" diante do prejuízo de R\$ 14 bilhões acumulado em 11

meses do ano passado..

DÉFICIT, PREJUÍZO NÃO

Os dados são de balancetes mensais publicados pela Previ na internet, mas não se referem a lucros ou prejuízos e, sim, ao chamado resultado do "equilíbrio técnico". O cálculo leva em conta estimativas de gastos futuros com as aposentadorias, além de valor e retorno de investimentos.

Assim, o déficit não significaria que a Previ esteja no vermelho, sem recursos para fazer pagamentos no curto prazo.

A Previ informou que "não comenta decisões" do TCU, mas esclareceu que, "embora o ano de 2024 tenha apresentado grande volatilidade, os planos continuam em equilíbrio". "Não há, portanto, nenhum risco de equacionamento, nem de pagamento de contribuições extraordinárias pelos associados ou pelo Banco do Brasil", diz a nota da Previ.

Segundo o balancete mensal de novembro, no acumulado total de todos os investimentos e obrigações futuras, o resultado do "Plano 1", principal fundo, está supera-vitário em R\$ 529 milhões. Em dezembro de 2023, esse acumulado total registrava superávit de R\$ 14,5 bilhões.

"O déficit de um determinado período não pode ser confundido com prejuízo. São conceitos bem distintos. A Previ não precisou vender nenhum ativo em 2024 para recompor suas reservas ou cumprir com suas obrigações", diz a nota da entidade de previdência.

Segundo Sérgio Brinckmann e André Luis Suaide, sócios da consultoria Inside Pensions, o déficit no "equilíbrio técnico" é como quando uma carteira de ações apresenta desvalorização porque os papéis investidos foram mal num ano -o retorno fica negativo, mas o investidor só realizará o prejuízo se vender tudo, o que não é o caso.

-Olhando por cima, a gestão da Previ não tem nada de mais do ponto de vista do desempenho -afirmou Suaide.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PSB e PDT cobram espaços mais relevantes na Esplanada

Marcelo Ribeiro e Murillo Camarotto De Brasília

Enquanto o governo articula para contemplar o Centrão em uma **reforma ministerial**, lideranças do PSB e do PDT - duas siglas historicamente mais próximas ao PT - cobram do Palácio do Planalto espaços mais relevantes no primeiro escalão do Executivo. Nos bastidores, parlamentares influentes dos dois partidos demonstram ressentimento por avaliarem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não está valorizando o fato de suas bancadas federais entregarem praticamente a totalidade de seus votos a favor do governo, o que não ocorre entre nomes do Centrão.

"Temos uma identificação de pauta com o governo Lula, somos historicamente ligados ao PT. O Centrão tem uma relação de conveniência com o governo. É preciso que eles nos valorizem, porque certamente o nosso apoio a uma eventual reeleição de Lula está mais garantido aqui do que lá no Centrão", avaliou um parlamentar do PDT.

No mesmo sentido, um pesse-bista cita recentes críticas públicas de dirigentes de legendas de centro ao governo e sinalizações de que podem não caminhar com Lula na corrida presidencial de 2026.

A insatisfação dos dois grupos deve atrasar a reforma, avaliam aliados de Lula. Segundo interlocutores do presidente, o tempo extra será necessário para que a equação final não deixe ninguém "com a sensação de ter sido escanteado ou até mesmo esquecido".

No PSB, a irritação está ainda ligada ao risco de que a legenda perca mais espaço na Esplanada, diante dos rumores de que o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) possa ser retirado do comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para abrigar uma sigla do centro.

Essa representaria a segunda baixa em pouco mais de dois anos. O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que era filiado ao PSB, chefiou o Ministério da Justiça e Segurança Pública antes de assumir a vaga na Corte.

A eventual saída de Alckmin deixaria o PSB com apenas uma pasta: a de Empreendedorismo, hoje comandada por Márcio França. O órgão, avaliam

deputados, tem orçamento "inexpressivo".

Antes de assumir o ministério, França foi titular da pasta de Portos e Aeroportos, mas foi substituído por Silvio Costa Filho (Republicanos), que chegou ao posto em um movimento de Lula para contemplar a legenda de Marcos Pereira.

Uma fonte da cúpula do PSB afirma que o esvaziamento pode significar uma mudança de posicionamento do partido em relação à agenda do governo. "É o risco de o PSB ficar independente."

A eventual ruptura, porém, é considerada remota pela ala majoritária do PSB, que defende uma postura crítica, mas descarta um desembarque da base.

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é lembrada por correligionários como uma potencial escolha de Lula para compor a Esplanada dos Ministérios. O alvo preferencial seria o Ministério de Ciência e Tecnologia, atualmente sob comando de Luciana Santos (PCdoB), que migraria para a pasta da Mulheres no lugar de Cida Gonçalves (PT).

Nos bastidores, ministros reconhecem que a entrada de Tabata em Ciência e Tecnologia traria novas dificuldades para Lula resolver a equação da reforma, já que a pasta está na mira do União Brasil, que pode perder Turismo para o PSD.

No PDT, a insatisfação sobre a sub-representação na Esplanada será transmitida ao governo pelo líder do partido na Câmara, Mário Heringer (MG). Ele deve pedir pelo menos mais uma cadeira no primeiro escalão.

O Valor apurou que prevalece o sentimento de desprestígio e a avaliação de que a legenda foi convidada para compor a base apenas "para fazer número". O único ministro da sigla é Carlos Lupi (PDT), à frente da **Previdência Social**.

Apesar do bom orçamento, o ministério faz poucas entregas na ponta, segundo pedetistas, fazendo com que o cargo não resulte em votos em eleições futuras.

Uma liderança do PDT afirmou que Heringer deve demonstrar que o partido tem caminhado junto com o governo, alertar sobre a insatisfação e sugerir que a

legenda seja mais bem contemplada em reconhecimento à lealdade desde o início da gestão.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=14§ion=1>

Justiça barra acesso de Musk a arquivos do Tesouro dos EUA

Joe Miller Financial Times, de Washington

Uma juíza federal proibiu o Tesouro dos EUA de repassar dados de seu sistema de pagamentos a terceiros, em um revés jurídico da campanha de Elon Musk para cortar os gastos do governo. A juíza Colleen Kollar-Kotelly emitiu a ordem temporária depois de Musk afirmar que sua equipe no Departamento de Eficiência Governamental (Doge) estava "desativando rapidamente" os repasses do Tesouro, tendo obtido acesso ao sistema que desembolsa anualmente trilhões de dólares, incluindo pagamentos da **previdência social** e Medicare.

Representantes de funcionários públicos e aposentados entraram com uma ação para impedir que dados sensíveis sejam compartilhados com Musk e outros integrantes do Doge, argumentando que essa iniciativa os "priva das proteções de sigilo garantidas a eles pela legislação federal".

Embora o governo dos EUA tenha assegurado ao tribunal que apenas dois emissários do Doge - o executivo-chefe do Cloud Software Group, Tom Krause, e o programador de 25 anos Marko Elez - tiveram acesso ao sistema sensível, Kollar-Kotelly emitiu a ordem para impedir que qualquer informação seja compartilhada fora do Tesouro, enquanto ela avalia uma liminar mais permanente. Como resultado, o próprio Musk não poderá analisar os dados extraídos do sistema de pagamentos.

A ordem da juíza surge no momento em que autoridades do Tesouro e a Casa Branca tentam acalmar os temores com o suposto acesso de Musk e do Doge ao sistema, bem como sobre sua autoridade mais ampla, após o empresário sugerir que sua equipe estava cancelando unilateralmente pagamentos "ilegais".

Em outra decisão judicial sobre os programas de corte de gastos supervisionados por Musk, outro juiz, do tribunal distrital de Washington, ampliou o prazo dado para que servidores federais possam aderir a um programa de demissão voluntária. O prazo se encerraria ontem, mas foi prorrogado até ao menos segunda-feira.

A adesão ao programa até ontem foi abaixo da esperada. Apenas 2% dos funcionários aceitaram o

plano - de deixar de trabalhar agora e receber salários até setembro. O governo de Donald Trump esperava reduzir o funcionalismo público federal em 10%.

Após o fracasso do plano, a Casa Branca quer intensificar os esforços e deve adotar postura mais rígida, solicitando que as agências federais elaborem listas dos funcionários com pior desempenho até 7 de março. O Escritório de Gestão de Pessoal pediu às agências que forneçam listas de "todos os funcionários que receberam uma avaliação de desempenho inferior a 'totalmente satisfatória' nos últimos três anos", indicando que o próximo passo cios esforços para reduzir gastos deverá ser a demissão forçada de funcionários públicos mal avaliados.

Na segunda-feira, Donald Trump disse que Musk "não pode fazer - e não fará - nada" sem a aprovação dele. A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, também confirmou que Musk se afastará de qualquer situação em que possa haver conflito de interesses: "Se Elon Musk se deparar com um conflito de interesses envolvendo os contratos de suas empresas e os recursos que o Doge está supervisionando, então Elon se retirará desses contratos... Ele tem seguido todas as leis aplicáveis".

Na prática, segundo jornais do país, caberá ao próprio Musk decidir ou não sobre o próprio impedimento nas questões governamentais em que se envolve.

Os republicanos ligados a Trump também insistem na tese de que Trump e sua equipe têm acesso a dados reservados "só para leitura" e não podem tomar outras ações no sistema.

O Doge, cujos emissários se infiltraram nas redes de várias agências do governo, incluindo a Usaid - a agência de cooperação internacional dos EUA -, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos e o Departamento de Transporte, já foi processado várias vezes por grupos que alegam que o órgão está contornando várias proteções legais.

"O Doge tenta obter acesso a sistemas sensíveis antes que os tribunais o impeçam, desmantelar agências antes que o Congresso possa afirmar suas prerrogativas no orçamento federal e intimidar e ameaçar funcionários que ficam no seu caminho, preocupando-se com as consequências mais tarde",

alegaram os demandantes. Um juiz ouvirá hoje os argumentos sobre essa petição. (Com agências internacionais)

Mais informações sobre EUA e Donald Trump na página A14

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=14§ion=1>

Ação no STF questiona regulamentação da reforma tributária

Laura Ignacio De São Paulo

O Instituto Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência Oceano Azul entrou com a primeira ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra dispositivos da regulamentação da **reforma tributária** - a Lei Complementar (LC) nº 214, de 2025. Com pedido de liminar, a entidade contesta critérios que teriam restringido o uso da alíquota zero do Imposto e da Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS/CBS) na compra de automóveis por essas pessoas.

A ação do instituto foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) sob o nº 7779 e o relator designado é o ministro Alexandre de Moraes. Para especialistas em tributação, porém, esta é apenas a primeira das diversas ações que devem ser propostas para questionar benefícios fiscais concedidos na reforma.

A **reforma tributária** foi aprovada pelo Congresso Nacional no fim de 2023 por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 132. No começo deste ano, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vetos, a LC 214. Os vetos ainda serão analisados.

A EC 132 estabelece que lei complementar preverá as hipóteses de alíquota zero de IBS/CBS para automóveis de passageiros adquiridos por pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista (artigo 9o, parágrafo 3o, inciso 2o, alínea "d").

A ADI quer a declaração de inconstitucionalidade de dois dispositivos da LC 214 que regulamentam a questão. Ambos fazem restrições à aplicação da alíquota zero na compra de automóveis por pessoas com deficiência, o que inclui as pessoas com transtorno do espectro autista (artigo 149, inciso II, alíneas b e c, e parágrafo I e artigo 150, inciso IV e parágrafo I).

A ação afirma que esses artigos são inconstitucionais porque violam o princípio da dignidade humana e da isonomia já que graus de deficiência são tratados de forma diferente. Também haveria suposta violação a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Para Thais Shingai e Breno Vasconcelos, sócios do Mannrich e Vasconcelos Advogados, conceder benefício fiscal gera contencioso em razão da corrida por seu aproveitamento. "Vemos agora a consequência do alerta feito em relação a benefícios fiscais durante as discussões sobre a reforma", diz Vasconcelos. "Isso fere a neutralidade tributária." Thais alerta que no Projeto de Lei nº 68, que depois foi convertido na LC 214, o Executivo impôs o limite de até R\$ 120 mil para o valor do veículo a ser adquirido com o benefício fiscal. Mas esse montante passou para até R\$ 200 mil na LC 214. "Só mantiveram que o valor não pago de IBS/CBS pode ser de até RS 70 mil." Além disso, diz ela, a EC 132 fala em automóveis adquiridos por pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), mas a LC cita determinados graus de autismo. "Essa limitação para determinados graus de TEA terem acesso à alíquota zero é questionável", afirma.

Em novembro, o Partido Verde (PV) protocolou uma ADI, com pedido de medida cautelar, no STF, contra a emenda constitucional. Nesse caso, o relator é o ministro Edson Fachin. A ação sustenta a inconstitucionalidade do artigo 9o, parágrafo I, inciso XI, que oferece incentivo fiscal para agrotóxicos.

"Política pública tem que ser feita com despesas do orçamento, não por meio de **reforma tributária**. A nova ADI é um indicativo de que várias outras discussões virão", diz Vasconcelos.

O STF terá que analisar até onde pode ir uma lei para impor requisitos, segundo Maurício Barros, sócio do Cescon Barriou. A Corte, afirma, já julgou que não se pode reduzir o âmbito de aplicação de imunidade. "A LC 214 fala de alíquota zero, mas o raciocínio é o mesmo", afirma.

"Nova ADI é um indicativo de que várias outras discussões virão" Breno Vasconcelos

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=1§ion=1>

Quase R\$ 2 milhões em cargas apreendidas

PABLO GIOVANNI

Audidores fiscais do DF apreenderam, em várias operações realizadas entre quarta-feira e ontem, quase R\$ 2 milhões em mercadorias (alimentos, calçados, tabacaria, vestuário) sem nota fiscal.

Segundo a Secretaria de Economia, a sonegação fiscal estimada ultrapassa os R\$ 800 mil. As autoridades acrescentaram que, além desses produtos, foram encontrados equipamentos eletrônicos, num total que ainda está sendo calculado, assim como as perdas de arrecadação para os cofres públicos.

"As ações de fiscalização dos auditores estão sendo reforçadas para garantir que tenhamos justiça fiscal", afirmou o secretário de Economia, Ney Ferraz. "Estamos garantindo que os **impostos** sejam recolhidos corretamente, sem que haja prejuízos aos bons contribuintes. Mercadoria irregular prejudica empresas em dia com o Fisco", destacou.

O coordenador de Fiscalização Tributária da Secretaria de Economia, Silvino Nogueira Filho, reiterou que as operações poderão trazer ainda mais surpresas.

"Os eletrônicos, ainda estão sendo avaliados. Portanto, a base de cálculo e o crédito tributário elevarão ainda mais o montante que divulgado até agora", ressaltou.

Barreiras A primeira fiscalização se deu em quatro estabelecimentos do Plano Piloto. As equipes verificaram possíveis irregularidades de registro em máquinas de cartão de débito e de crédito, além de desvios cadastrais e comercialização de produtos sem documentação fiscal.

Essa ação também interceptou, na BR-020, uma carreta com 35 toneladas em mercadorias.

O veículo carregava produtos alimentícios, bebidas e sandálias com documentação suspeita sobre quantidade e tipo da carga, entre outros dados. Na mesma rodovia, mais um caminhão foi detido com 26 toneladas de frango congelado e diversas inconsistências em sua documentação.

Ontem, os auditores abordaram mais carregamentos em vias do DF. De um deles, foram retidas 20 mil unidades de óleo de soja, com peso aproximado de 20 toneladas. Em outro caminhão, leite e derivados

estavam sendo transportados sem que o motorista tivesse documentos coerentes com o que levava. Também foi apreendido um caminhão-tanque com 59.766 litros de etanol hidratado. Os fiscais verificaram que o combustível não estava acompanhado dos devidos comprovantes de pagamentos de **impostos**.

Além dessas apreensões, outras mercadorias foram retidas por estarem com situação fiscal duvidosa. Entre elas, itens de tabacaria, confecções, aparelhos para chapinhas de cabelo e depiladoras a laser recarregáveis.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/07/all.pdf>

Contra alta de preços de alimentos, Lula sugere boicote a produtos caros

GABRIEL HIRABAHASI E SOFIA AGUIAR

Acossado pelo aumento de preços dos alimentos nos últimos meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem para que os consumidores deixem de comprar produtos que estejam muito caros. Segundo ele, isso funcionaria como uma forma de pressão para reduzir os preços e ajudar a controlar a **inflação**. Lula falou ainda em "processo educacional" para que a população não seja "extorquida".

"Uma das coisas mais importantes para a gente poder controlar o preço é o próprio povo.

Se você vai ao supermercado e desconfia que tal produto está caro, você não compra", afirmou Lula, em entrevista às rádios Metrôpole e Sociedade, da Bahia. "Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque, senão, vai estragar." Na sequência, Lula disse que esse "é um processo educacional que nós vamos ter de fazer com o povo brasileiro". "É necessário que a gente faça isso.

O povo não pode ser extorquido.

A pessoa sabe que a massa salarial cresceu, que o salário aumentou, aí aumenta o preço.

Não, é preciso ter responsabilidade." A alta de preços dos alimentos já pesa na popularidade de Lula, segundo pesquisa divulgada pela Quaest na semana passada. Oito em cada dez entrevistados disseram ter percebido aumentos de valores no último mês.

Lula disse ainda estar "trabalhando com muito afinco para solucionar o preço dos alimentos" e adiantou que na próxima semana terá reunião com produtores de carne e de arroz para discutir o assunto. "Comida barata na mesa do trabalhador é algo que estamos perseguindo." Como o Estadão noticiou, emissários do presidente já têm questionado representantes de setores produtores de óleo de soja e milho sobre aumentos de preços registrados desde 2024. No fim de janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, chegou a dizer que o governo avaliaria a redução de tarifas de importação de alguns alimentos para tentar frear as remarcações de preços no País - proposta recebida com ceticismo por especialistas.

Um dia antes da declaração feita por Costa, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, havia afirmado que sua equipe vai trabalhar para reduzir os custos do vale-alimentação e do tíquete refeição, e descartou subsídios ou redução de **impostos**.

Um levantamento da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) indica que os brasileiros de menor renda estão pagando a maior parte da conta da disparada da **inflação** de alimentos. O custo de vida das famílias das classes E e D, com renda de até três salários mínimos (R\$ 4.554), subiu 5,14% no ano passado na Região Metropolitana de São Paulo, superando a média da **inflação** dos paulistanos como um todo no período, que foi de 4,97%.

Na avaliação de economistas, esse quadro poderia mudar com a entrada da safra recorde de grãos neste ano e com a queda recente do dólar, depois da disparada registrada no ano passado - quando a moeda americana chegou ao patamar de R\$ 6,30.

"ARAPUCA". Ainda na entrevista, Lula defendeu que o agronegócio brasileiro produza mais alimentos para que o preço da comida seja barateado. E negou qualquer possibilidade de fazer um congelamento de preços para evitar novos aumentos.

"Temos de ver o que fazer para garantir que a cesta básica caiba no orçamento do povo com certa flexibilidade", disse o presidente.

Ele repetiu que a **inflação** nos seus dois primeiros anos de governo foi menor que no governo Bolsonaro e que, apesar de a economia viver "seu melhor momento", as cotações do dólar ainda são fator de preocupação para o governo.

Nesse ponto, voltou a criticar a antiga gestão do Banco Central, sob o comando de Roberto Campos Neto. Segundo Lula, Campos Neto teve uma gestão "totalmente irresponsável" e deixou "uma arapuca que a gente não pode desmontar de uma hora para a outra", em referência à trajetória da taxa de juros.

"O problema sério é que tivemos um aumento do dólar porque a gente teve um Banco Central totalmente irresponsável, que deixou uma arapuca que a gente não pode desmontar de uma hora para a outra. A

gente não pode dar um cavalo de pau em um navio do tamanho do Brasil", disse Lula, poupando o novo presidente do BC, Gabriel Galípolo, de qualquer crítica.

Lula disse ainda "ter certeza" de que o Congresso vai aprovar projeto que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda para as pessoas que ganham até R\$ 5 mil. A proposta ainda não foi enviada para a análise do Legislativo.

"Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender" Luiz Inácio Lula da Silva

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alívio no câmbio e na Bolsa

»ROSANA HESSEL

Apesar da frustração do mercado com o pacote de 25 medidas que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao Congresso na quarta-feira, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escorregar no discurso voltando a criticar a política monetária do Banco Central, o dólar comercial voltou a cair ontem, mais por fatores externos do que internos e encerrou o dia cotado a R\$ 5,764, com recuo de 0,52%.

A divisa norte-americana abriu o dia em alta, mas acabou recuando ao longo do dia devido à falta de novas medidas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e com a sinalização de dirigentes do Federal Reserve, o banco central norte-americano, de que a tendência será de queda dos juros, embora mais gradual.

Agentes do mercado também destacaram que as declarações do novo secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, que, apesar de Trump ter afirmado logo no início do governo que "exigirá que as taxas de juros caiam imediatamente" garantiu que o governo não está tentando torcer o braço do Fed, mas sim criar sua própria abordagem. "Ele não está pedindo que o Fed reduza as taxas", disse Bessent à Fox Business na quarta-feira. E, ontem, para a Bloomberg, declarou: "Não estamos focados em saber se o Fed vai cortar (os juros)". Ele ainda disse que o governo Trump está focado em reduzir o rendimento dos títulos públicos de 10 anos. "Se desregularmos a economia, se resolvermos esse problema tributário, se reduzirmos a energia, as taxas cuidarão de si mesmas e o dólar cuidará de si mesmo", declarou.

"Acho que hoje (ontem) não foi um dia de grandes movimentos do dólar até começou mais forte, mas, ao longo do dia, perdeu força de forma curiosa. Além do real, outras moedas também se valorizaram frente ao dólar porque a guerra tributária de Trump não escalou. Não estamos vendo grandes tarifas às importações e Trump tem voltado atrás em várias medidas. Até mesmo disse que não vai sair da Organização Mundial da Saúde (OMS)", destacou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. De acordo com notícias veiculadas pela agência Reuters, a equipe do governo dos EUA está considerando um plano de reforma da OMS, incluindo a nomeação de um norte-americano para o comando, para que o país permaneça como membro da agência global de saúde.

O economista-chefe da Way Investimentos, Alexandre Espírito Santo, destacou que a perspectiva de que o Banco Central continuará tendo mais trabalho para segurar a **inflação**, o que significa um patamar mais elevado para a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, tem atraído mais dólares para o país e, com isso, contribui para que o real fique mais fortalecido frente ao dólar. "Estamos com juros muito altos e isso é muito atrativo para o real e favorece a queda do dólar. A aposta em dólar tem um custo enorme e, como a moeda enfraqueceu no mundo, juntou a fome com a vontade de comer", explicou.

O esforço do governo em adotar medidas que aumentam as despesas públicas - como a isenção do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil, a falta de medidas de contenção de despesas na pauta econômica prioritária de Haddad, deixaram os agentes financeiros frustrados, além de perspectivas de piora do quadro fiscal não apenas em 2025, mas também em 2026, que é um ano eleitoral e os governos, tradicionalmente, ampliam os gastos em vez de cortar. "O governo prometeu muito e entregou pouco. O chefe do Poder Executivo diz que não haverá mais medidas, que não há necessidade, de modo que é natural depreender que o ministro da Fazenda não tem enforcement e nem poder político para implementar a agenda que entrega algum horizonte de solvência fiscal. Sem punchline, o que resta ao ministro Haddad é a narrativa de que o arcabouço está sendo cumprido, ainda que a realidade seja distinta", avaliou Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou a subir ontem, fechando com alta de 0,55%, a 126.225 pontos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/07/all.pdf>

A economia e o estrago eleitoral - CELSO MING

CELSO MING

Celso Ming COMENTARISTA DE ECONOMIA

A conversa geral em Brasília agora é sobre a necessidade de equilibrar as contas públicas. Mas a atitude do governo, até agora, não passa firmeza.

O presidente Lula mudou em alguma coisa seu discurso.

Repete que defende a responsabilidade fiscal, que não deixará que as despesas estourem sobre as receitas e insiste em que obteve déficit zero em 2024, sem levar em conta que a dívida pública saltou dos 71,7% do **PIB** em 2022 para 76,1% do **PIB** em 2024. E ainda garante que não vai adotar nenhuma providência para conseguir algum superávit fiscal. Ao contrário, desautoriza seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que reconhece a existência de um rombo e não conta com bala de prata para abatê-lo.

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, pede mudança de rumo na economia "porque não há crescimento com caos econômico", como disse à CNN. Por aí se vê que o propalado acordo entre Executivo e Legislativo deve ser visto com ressalvas.

Lula parece ter entendido que a capacidade de obter bons resultados nas eleições de 2026, fato político que já está à vista, depende de uma boa condução da economia.

Mas a **inflação** e, mais do que isso, a percepção do consumidor de que a alta dos alimentos vai corroendo a capacidade de compra do seu salário conspiram contra esse objetivo. Até agora, o governo, especialmente o ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, girou em falso na busca de uma solução para o problema.

O ministro já sugeriu intervenção nos preços, o que prontamente corrigiu, falou em importar alimentos e pretendeu resolver tudo com uma conversa com comerciantes e produtores.

Enquanto isso, a pressão inflacionária começa a se espalhar para a área dos serviços.

Em nenhum momento, o governo reconhece que a

principal fonte do avanço do custo de vida está na disparada das despesas públicas, que criam demanda acima da capacidade de oferta da economia. Ou que o Banco Central tem de se encarregar sozinho do serviço de combater a **inflação**, na contramão do governo.

O Congresso, por sua vez, vai diagnosticando as fraquezas do governo e age de acordo com seu jogo. Já viu que um ministro da Fazenda "fraco", como apontou Gilberto Kassab, é boa brecha por onde meter seus aríetes. E por que Lula não lhe transmite força além dos elogios de gogó? Provavelmente porque teme que uma boa condução da economia fortaleça Haddad como eventual candidato para 2026.

Está em curso forte desaceleração da atividade econômica.

Em compensação, os níveis de desemprego são os mais baixos da história, o dólar resvalou para abaixo dos R\$ 6, uma safra agrícola recorde vem vindo aí e as exportações do Brasil por enquanto estão fora da mira da metralhadora giratória de Trump.

Embora um tanto tarde, este é o momento certo para a virada, desde que não se limite a meros recursos de marketing.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Situação fiscal impede que o Brasil atinja metas do clima (Artigo)

THE ECONOMIST

O maior valor agregado s visitantes do Porto do Açu podem ter dificuldade em identificar a natureza industrial da área.

Nenhum armazém ou pilha de contêineres bloqueia a vista do Oceano Atlântico. Faixas de restinga restaurada e uma floresta local de folhas largas abraçam a costa repleta de tartarugas cabeçudas. Uma história diferente é sugerida apenas pelos navios gigantescos que pontilham o horizonte do mar.

O porto, no Estado do Rio de Janeiro, é a maior instalação de apoio do mundo para extração de petróleo em altomar.

Idealizado há uma década por um excêntrico bilionário brasileiro como uma forma de atender à demanda chinesa por commodities, o Açu está atualmente entre os maiores portos privados do mundo.

Ele movimentava mais de 30% das exportações de petróleo bruto do Brasil e 7% de seu minério de ferro.

Mas o foco do Açu está mudando.

Nos últimos três anos, o porto assinou contratos no valor de cerca de US\$ 5 bilhões (aproximadamente R\$ 29 bilhões) para arrendar terras para fábricas que produzirão turbinas eólicas, bem como instalações para a produção de amônia, combustível de aviação sustentável (SAF) e ferro metálico puro, principal ingrediente para a produção de aço de baixo carbono.

CADA VEZ MAIS LIMPO. O porto é um microcosmo das aspirações econômicas do Brasil. Há muito tempo um grande exportador de grãos e matérias-primas, o País agora quer usar sua abundância de energia renovável para atrair empresas que buscam reduzir sua pegada de carbono e fabricar e exportar produtos de maior valor agregado.

É um plano decente.

A redução das emissões de carbono dos setores mais intensivos em energia da economia - aviação e transporte marítimo ou a fabricação de cimento, aço e produtos químicos - exige enormes quantidades de energia limpa e barata, bem como biomassa

abundante.

Poucos países têm tanto desses recursos quanto o Brasil.

Mais de 85% de sua eletricidade é gerada sem a queima de combustíveis fósseis, uma parcela quase três vezes maior do que a média global. A maior parte vem da energia hidrelétrica, mas a energia eólica e, principalmente, a solar estão crescendo rapidamente. Até 2040, se espera que os custos de produção de energia solar e eólica caiam 46% e 27%, respectivamente.

Isso tornaria o Brasil um dos lugares mais baratos do mundo para produzir hidrogênio verde.

De acordo com Felipe Diniz, da Mirow, uma empresa de consultoria do Rio de Janeiro, custaria cerca de US\$ 4,50 (R\$ 26) por quilograma para produzir o material no Brasil atualmente. Ele diz que esse valor pode cair para US\$ 1,70 (R\$ 9,8) em uma década, à medida que as energias eólica e solar se tornarem mais baratas.

Os custos de produção do Brasil estariam alinhados com locais como a Arábia Saudita, o norte da África e o Chile.

A queima de hidrogênio é uma das poucas maneiras de descarbonizar os setores com maior consumo de energia. O aço, por exemplo, é produzido pela queima de carvão de coque em um alto-forno para aquecer e reduzir o óxido de ferro em ferro metálico, que é, então, lavado com oxigênio para purificá-lo. Mas esse processo libera grandes emissões de dióxido de carbono. Isso pode ser evitado com a queima de hidrogênio em vez de carvão.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de minério de ferro, com exportações para países como China, Japão e Coreia do Sul. O País quer processar mais desse minério em casa.

A Vale, a maior mineradora de minério de ferro do mundo, deve inaugurar uma usina de processamento de minério limpo no Porto do Açu em 2028.

As exportações de aço podem não estar muito longe. A consultoria McKinsey estima que a produção de

ferro metálico limpo no Brasil poderá custar US\$ 465 (R\$ 2,7 mil) por tonelada até 2030, em comparação com US\$ 560 (R\$ 3,2 mil) para um processo semelhante na União Europeia. A Global Efficiency Intelligence (GEI), uma consultoria de energia sediada em São Francisco, avalia que será mais barato produzir aço verde no Brasil do que na China, no Japão, nos Estados Unidos, na Coreia do Sul, na Austrália ou na UE, principalmente devido ao custo mais baixo do hidrogênio verde.

De acordo com Thiago Sinzato, da Rystad Energy, uma consultoria norueguesa, se espera que a demanda global por SAF atinja 5 milhões de barris por dia até 2050. O Brasil poderia responder por 1,3 milhão de barris desse total. "Seria fácil para o Brasil se tornar o maior produtor de SAF do mundo", diz ele.

Desde 2022, as empresas brasileiras anunciaram mais de US\$ 4 bilhões (R\$ 23 bilhões) em investimentos em biocombustíveis, inclusive em SAF.

PROBLEMAS FINANCEIROS.

Suas bases técnicas para um boom de produção verde podem ser sólidas, mas as dificuldades econômicas do Brasil são um obstáculo. O alto custo do financiamento está adiando investimentos maiores em projetos de capital intensivo.

O real foi a moeda principal com o pior desempenho do mundo no ano passado, perdendo mais de 20% de seu valor em relação ao dólar.

A queda foi alimentada pelo pânico em relação aos planos de gastos de Luiz Inácio Lula da Silva. Os mercados acreditam que ele não está falando sério sobre o equilíbrio das contas, com o déficit orçamentário do Brasil atingindo 10% do **PIB** e a dívida bruta com previsão de se aproximar de 90% do **PIB**. Um programa de política industrial anunciado no ano passado, que envolveu bilhões de reais, corroborou essa crença.

Mesmo com a maioria dos bancos centrais cortando as taxas de juros, em 28 de janeiro a do Brasil foi elevada para 13,25%, uma das mais altas do mundo.

O cenário pode não melhorar em 2025. As políticas mais queridas de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, para deportar imigrantes e impor tarifas provavelmente fortalecerão o dólar. O real cairá ainda mais, e os investidores poderão procurar outro lugar. O Brasil tem grandes expectativas quanto ao seu papel na descarbonização do mundo. Mas, se não conseguir convencer os investidores a manter o dinheiro no País, suas esperanças não darão em nada.

País quer usar sua energia renovável para reduzir emissões e exportar itens de maior valor agregado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad vê "acomodação mais rápida" da inflação

MÍRIAM LEITÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita que podem ocorrer surpresas positivas na **inflação**, por causa da safra e da queda do dólar. Ele concorda com a avaliação do Banco Central de que a taxa pode ficar acima do teto da meta em junho, mas avalia que a resposta virá rapidamente por conta do choque de juros.

- A política monetária tem um delay para fazer efeito. Ela não faz efeito na hora. No caso do Brasil, na minha opinião, vai ser mais rápido, muito mais rápido do que se pensa, porque o choque de juros foi muito forte, então a resposta vai vir mais rápido.

Penso que nós podemos ter uma acomodação mais rápida também em função disso. Ainda que em junho eles tenham escrito uma carta para nós, eu acredito que o horizonte relevante do Banco Central já vai estar convergindo para a meta -afirmou Haddad em entrevista à colunista do GLOBO Míriam Leitão na GloboNews.

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na terça-feira, o BC destaca que "as expectativas de **inflação** (...) elevaram-se de forma significativa em todos os prazos, indicando desancoragem adicional e tornando assim o cenário de **inflação** mais adverso", o que requer uma política mais contracionista, afirma o Copom.

O documento confirma a alta de um ponto percentual em março, já indicada na última reunião de 2024, mas não dá o forwardguidance (ou seja, indicação) do que será feito na reunião de maio.

Para o ministro, o ciclo de combate à **inflação** com alta de juros tem que ser muito certo, em um prazo condizente com a necessidade do país, mas tem que ser muito calibrado para que o remédio "não seja nem aquém nem além da necessidade de combater a **inflação**":

-Até porque, se for muito além, você vai ter problemas fiscais pelo lado da receita, pelo lado da atividade econômica, pelo lado do investimento. E se for aquém, você

vai comprometer o poder de compra do trabalhador. E

uma arte conduzir bem a política monetária em harmonia com a política fiscal.

Ainda na entrevista, Haddad afirmou que a gestão orçamentária "será desafiadora" até o fim do atual governo:

- Ela não vai dar trégua para nós, não vamos ter um momento de respiro, porque temos trabalho a fazer.

Na quarta-feira, o ministro se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), para discutir prioridades econômicas do governo. Haddad pediu que a Casa evite "pau-tas-bomba" que possam comprometer o equilíbrio fiscal. (Colaborou Bruna Lessa)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lucro de R\$ 41,4 bi do Itaú em 2024 é o maior da história bancária do país

JOÃO SORIMA NETO

O Itaú Unibanco anunciou que obteve lucro líquido recorrente de R\$ 41,4 bilhões em 2024, alta de 18,2% em relação ao ano anterior. O resultado é o maior da história do setor bancário brasileiro. Ontem, na apresentação dos resultados do ano passado, o CEO do banco, Milton Maluhy, disse esperar uma desaceleração da oferta de crédito em 2025, diante da alta da taxa básica de juros. Ele avalia que o câmbio começa a convergir para "certa normalidade", depois de atingir recorde histórico no fim do ano passado.

Maluhy afirmou que não houve ataque especulativo contra o real, mas um mau humor generalizado, com fluxos mais fortes de saída, e o Banco Central (BC) atuou para dar liquidez ao mercado:

- Estamos num patamar mais adequado de câmbio, e ele começa a convergir para certa normalidade. O câmbio recuou e tem efeito positivo na **inflação**, que pode levar a uma taxa de juros mais baixa que os 15,75% (patamar previsto pelos economistas do banco para este ano).

O banco projeta o dólar a R\$ 5,90 no fim deste ano, mas Maluhy destaca que a taxa de câmbio é uma variável difícil de prever.

FORÇA DO CRÉDITO

O CEO do Itaú cobrou a continuidade de medidas na área fiscal.

- Precisamos melhorar a qualidade do gasto. Há uma mudança importante no Congresso, e o presidente da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos) falou muito disso no seu discurso de posse. É importante continuar perseguindo a agenda fiscal para que se tenha um endividamento sustentável do país e o investimento de longo prazo aconteça. No nível atual do juro, fica mais difícil o investimento de longo prazo - disse Maluhy.

O Itaú espera um crescimento de 2,2% da economia este ano (contra 3,1% em 2024), **inflação** de

5,8% -o que justifica um juro mais elevado, segundo Maluhy -e desemprego de 6,8%.

O principal motor do resultado recorde do banco em 2024 foi o crescimento de 15,5% da carteira de crédito. Com expectativa de que a Taxa Selic chegará a 15,75% este ano, o Itaú prevê que a oferta de crédito crescerá menos, entre 4,5% e 8,5%.

Maluhy disse que a carteira de crédito para pessoa física acaba sofrendo mais o impacto dos juros, mas ele observa que a inadimplência no Itaú está nos patamares mínimos históricos, um nível seguro para a gestão de risco do banco.

O retorno sobre o patrimônio líquido (indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa gerar lucro a partir dos recursos próprios) foi de 22,2%, também recorde na história do setor bancário do país.

No total, o Itaú distribuiu R\$ 28,7 bilhões no ano passado, sendo R\$ 15 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referentes ao balanço do último trimestre do ano passado e mais R\$ 3 bilhões do novo programa de recompra de ações.

DIRETORES AFASTADOS

Maluhy comentou sobre os casos recentes envolvendo administradores da instituição: o ex-diretor financeiro (CFO) Alessandro Broedel está sendo processado por um suposto esquema de fraudes, e o diretor de Marketing, Eduardo Tracanella, foi demitido com a justificativa de mau uso do cartão corporativo.

- Todos estão na mesma régua da ética. Todos os executivos sabem o que é má conduta e estão sujeitos à mesma régua da ética, ela não é maior ou menor dependendo do cargo no banco. Mas num banco com quase 100 mil colaboradores, eventos acontecem todos os dias. E o banco tem canais fortes, e as pessoas se sentem confortáveis em trazer esses problemas - afirmou.

O presidente do Itaú disse que a instituição não vai patrocinar o show da cantora americana Lady Gaga, marcado para maio, no Rio. Isso ficará a cargo do Santander, revelou o colunista do GLOBO Lauro Jardim (leia mais na página 15).

Maluhy afirmou que o patrocínio do show de Madonna no ano passado ,em Copacabana, tinha um motivo

especial: os 100 anos do banco.

- Não vamos patrocinar Lady Gaga. O show da Madonna foi uma ocasião especial para nós - afirmou o executivo.

FERNANDAS NO BANCO

O presidente do Itaú afirmou que as atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres seguirão "próximas da marca" do banco.

Maluhy disse que o marketing do Itaú continuará contando com Fernanda Torres, que concorre ao Oscar de melhor atriz por sua atuação no filme "Ainda estou aqui" e sua mãe, Fernanda Montenegro, que já faziam parte da comunicação do banco antes mesmo da indicação de Torres ao Oscar.

-Elas continuarão muito próximas da marca -afirmou o CEO do Itaú.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guerra de Trump vai reduzir PIB global, estima Bradesco

Marcelo Osakabe De São Paulo

Uma escalada de tarifas comerciais entre Estados Unidos e o restante do mundo pode tirar até 2,1% da variação do **PIB** global nos próximos quatro anos, calcula o Bradesco. Em relatório assinado pelo economista Felipe Wajskop França, o banco estima que a guerra comercial também poderia acrescentar outros 4,5 p.p. à **inflação** global no período.

"Nossas estimativas parecem representar o pior cenário em termos de tarifação, mas trazem um parâmetro de onde uma disputa retaliatória no comércio mundial poderia nos levar", escreve o economista, que usou como premissa a adoção de uma tarifa universal de 25% dos Estados Unidos em relação ao mundo.

No final do quarto período, ele estima um decréscimo de 2,1 ponto percentual do **PIB** global e um acréscimo de 7,1% na **inflação**. Outro custo econômico e social analisado foi o da taxa de desemprego mundial, que subiria em 2,5 pontos.

"Se aplicada a nossa projeção para o **PIB** mundial, essa redução acarretaria um crescimento médio de 0,9% ao ano, pior desempenho desde a pandemia e bastante inferior à média de 3,2% da última década", ressalta França.

Curiosamente, o modelo estima que o impacto imediato das medidas poderia ser positivo: as tarifas acrescentariam 0,2 ponto porcentual ao **PIB** global e subtrairia 9,1 p.p. da **inflação**. França pondera, no entanto, que o resultado pode estar sendo distorcido por levar em consideração uma série histórica longa - desde 1964. Como, no início do período pesquisado, a economia mundial era menos integrada, isto potencializava o benefício do protecionismo comercial para as empresas domésticas.

"Atualmente, como o comércio global é muito mais interligado e dinâmico, mesmo esse efeito protecionista inicial pode não ser verificado, uma vez que o aumento dos custos tende a superar os benefícios da reserva de mercado para as empresas localmente", diz, lembrando que várias das principais indústrias mundiais têm cadeias de suprimentos espalhadas por todo o mundo.

No fim de semana, o presidente Donald Trump anunciou - e depois recuou temporariamente - de tarifas de 25% para os parceiros do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA). Ele também impôs tarifas de 10% sobre produtos chineses, que entraram em vigor na última quarta-feira (5) e desencadearam uma retaliação por parte da China. Pequim que elevou de tarifas sobre determinados produtos americanos e também anunciou uma investigação antitruste contra o Google.

Canadá (13,2%), México (13,6%) e China (17,1%) são os três maiores parceiros comerciais individuais dos EUA. Juntos responderam por 43,9% das importações do país em 2022.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=14§ion=1>

Milei volta a defender fim do controle cambial

Ciara Nugent Financial Times, de Buenos Aires

O presidente da Argentina, Javier Milei, tem prometido acabar com os rígidos controles de capital e moeda do país este ano, dando a partida em uma missão de alto risco que é essencial para reanimar a conturbada economia do país.

Os controles, que limitam o acesso de pessoas e empresas a dólares e estabelecem uma taxa de câmbio oficial, vigoraram em 9 dos últimos 13 anos. Empresas estrangeiras alegam que eles são um obstáculo enorme ao investimento na Argentina, mesmo que a ofensiva de Milei de reforma do livre mercado atraia seu interesse.

Milei tenta obter um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudá-lo a eliminar os controles, mas diz que fará isso até o fim deste ano, de qualquer maneira.

Ele tem afirmado que precisa de US\$ 11 bilhões para repor as reservas inexpressivas de moeda forte do banco central e reforçar seu poder de fogo para evitar uma eventual corrida contra o peso à medida que os controles sejam relaxados.

"Mesmo sem o FMI, os controles não existirão mais em 1º de janeiro de 2026", disse ele a uma emissora de TV local na segunda-feira. "Agora, [se houver recursos do FMI] podemos fazer isso de forma mais rápida. Precisaremos ver como o programa está estruturado."

Milei tem um bom motivo para hesitar, segundo economistas. Conhecidos no seu conjunto como "el cepo" ("a arapuca"), os controles consistem em meia dúzia de regulamentações críticas e muitas regras menores que ajudam a estabilizar o peso e impedir a fuga de capitais da Argentina.

Remover a regra errada no momento errado pode desencadear um excesso de demanda reprimida por dólares, o que deixaria o banco central, que já tem problemas de liquidez, sem condições de responder e obrigaria o governo a desvalorizar o peso na taxa de câmbio oficial. Ou pode provocar volatilidade nos mercados financeiros paralelos onde argentinos compram dólares, já que o acesso ao mercado oficial é restrito.

Qualquer desses cenários pode reacender a crise inflacionária que Milei conseguiu domar com um pacote de austeridade rigoroso. A taxa mensal de **inflação** caiu de um pico de 26% em dezembro de 2023 para menos de 3%-o principal fator para que Milei mantenha um índice de aprovação consistente em 50%, segundo pesquisas.

"Milei não quer correr o risco de cortar o fio errado dessa [bomba] que ele está desarmando e explodir toda a sua história de sucesso", disse Fabio Rodriguez, diretor da consultoria financeira M R Asociados, de Buenos Aires. "O problema é que temos os controles há tanto tempo que não sabemos quantas pessoas venderão pesos quando eles forem suspensos, ou o patamar exato em que a taxa de câmbio deve ficar", acrescentou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=14§ion=1>

Banco Central está mais confiante na inflexão no mercado de crédito

Alex Ribeiro De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) demonstra um pouco mais de confiança em uma inflexão no mercado de crédito, o que poderia contribuir para esfriar a economia e baixar a inflação para a meta. Na ata de sua última reunião, o comitê diz que o crédito bancário tem apresentado alguma inflexão no período mais recente". É uma linguagem um pouco mais assertiva do que a usada em dezembro, quando dizia que "o mercado de crédito mostra, possivelmente, sinais incipientes de inflexão".

O Banco Central vem apontando a expansão do crédito como um dos três fatores que levaram a um desempenho acima do esperado do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2023. Os outros dois são o mercado de trabalho forte e a expansão fiscal.

O aperto monetário feito pelo próprio Copom, que desde agosto elevou a Selic de 10,5% para os atuais 13,25% ao ano, deveria fazer o trabalho de esfriar o crédito. Mas, em quase todos os ciclos de alta ou distensão monetária, participantes do mercado têm dúvidas se a transmissão monetária vai ocorrer da forma esperada.

O primeiro impacto da alta da Selic, em geral, é sentido nas taxas das operações de crédito, sobretudo no segmento livre. Nas linhas para pessoas físicas, essa taxa avançou relativamente pouco até agora, passando de 52% para 53% ao ano no último dado disponível, referente a dezembro.

Deveria se esperar um efeito maior, considerando que os juros do mercado financeiro estão muito altos, perto de 15% ao ano, puxados também pela incerteza fiscal e pelo cenário internacional mais nebuloso.

No último ciclo de aperto monetário, entre 2021 e 2022, essa taxa média de juros no crédito a pessoas físicas chegou a 59% ao ano -patamar muito parecido com o que havia alcançado no ciclo restritivo anterior, de 2013 a 2016.

Nos apertos monetários, é comum haver uma mudança na composição do crédito. As linhas de menor custo costumam se desacelerar primeiro, e as linhas rotativas continuam a crescer. Isso faz com que a taxa média ponderada fique maior.

Pelos dados mais recentes, está havendo aumento no custo em algumas linhas de menor risco. Na aquisição de veículos por pessoas físicas, as taxas subiram 2 pontos percentuais desde meados do ano, para 27,5% ao ano. Assim, andaram mais da metade do caminho até o pico do último ciclo de aperto monetário, que foi de 29% ao ano.

"Condizente com o cenário atual de aperto de condições financeiras e elevação de prêmio de risco, o crédito bancário tem apresentado alguma inflexão no período mais recente, em particular nas linhas de baixo risco para pessoas físicas", diz a ata do Copom.

O volume de concessão deu uma desacelerada, mas é alto. Em dezembro, os bancos concederam R\$ 18,7 bilhões em financiamento para a compra de veículos, 13% mais do que no ano anterior. A expansão é forte, mas, em julho, havia sido de R\$ 19,2 bilhões, alta de 33% em relação ao concedido no mesmo mês do ano anterior.

As concessões no crédito direcionado à habitação para pessoas físicas saíram de um patamar mensal de R\$ 21,5 bilhões em meados do ano para R\$ 18 bilhões. Pesou tanto a alta de juros, que saiu de uma mínima recente de 8,9% ao ano em fevereiro para 9,8% em dezembro, quanto a redução de funding com a menor captação em caderneta de poupança.

Seguramente, esse processo de transmissão da política monetária ainda não está completo. O Copom começou o ciclo de aperto em agosto, de forma gradual, e apenas em dezembro deu um choque de juros, que promete levar a taxa para um pico de 14,25% ao ano em março. Um box publicado pelo Banco Central no Relatório de Inflação de setembro de 2022 mostra que, em cerca de três meses, o grosso do aperto monetário chega aos juros bancários.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188111?page=1§ion=1>

Reforma sem rumo não conserta nada

Ninguém sabe mais, ou ainda, qual será o escopo, o tamanho, o rumo e o objetivo da propalada **reforma ministerial**. De pouco adianta Lula dizer que é mania da imprensa ou dos políticos falar em reforma a cada início de ano. Foi ele que deflagrou a especulação sem saber ao certo o que pretende ao seu término - uma forma bastante errática de proceder, ainda mais com popularidade em baixa.

Pior que a incerteza quanto aos rumos da mexida no governo é a apatia do entorno do presidente - do Palácio aos ministérios mais distantes na Esplanada, do PT aos partidos do Centrão -, que, pela primeira vez neste mandato, demonstra preocupação com o risco de derrota em 2026 e admite que existe fadiga de material.

Não existe uma esperança real de que mudanças nas pastas possam fidelizar os partidos que hoje nominalmente integram a base de Lula. Será a avaliação do petista que contará, lá na reta final, para decidir quem pulará em cada canoa. Ela dependerá da economia, em primeiro lugar, mas também da capacidade de o presidente reconquistar parte do seu borogodó, um patrimônio gasto nos dois primeiros anos, sobretudo no espectro que votou nele com base no discurso da frente ampla.

O diagnóstico, desta vez, não é meu. Foi feito, em maior ou menor grau, por ministros e parlamentares de diversos matizes, mas todos eles aliados de Lula. O tripé descrito por Sidônio Palmeira em sua exposição na reunião ministerial do começo do ano - comunicação, gestão e política - está com as três pernas bambas. Por ora, Lula só mexeu na primeira, e o case do boné, nesta semana, parece ter dado algum ânimo aos aliados para pelo menos tirar uma onda por ter deixado a extrema direita baratinada pela primeira vez em muito tempo

Mas, se a gestão não andar e a política não fizer sua parte, não será com base em sacadas para as redes sociais que Lula recomporá sua imagem, eles mesmos sabem.

A gestão está atada ao titular da Casa Civil, Rui Costa, que encarna o maior paradoxo do mandato Lula 3: goza, aparentemente, de plena confiança do chefe, mas é praticamente unanimidade negativa entre seus colegas, que antes mesmo de servirem água e café aos visitantes se põem a falar mal de quem deveria coordenar o governo e nem sequer responde a suas ligações e os deixa plantados em reuniões de que sai

sem se despedir, para não falar das propostas que deixa tomando poeira em sua gaveta.

A política está com seu destino atrelado à novela das emendas parlamentares, e Lula não dispõe de instrumentos para resolvê-lo sem desatar esse nó. Dependerá da capacidade de os três Poderes chegarem a um denominador comum, mas ninguém acredita que o Executivo conseguirá, com o Supremo, com tudo, fazer com que o naco do Orçamento nas mãos do Congresso seja reduzido. Pode, no máximo, conseguir desembaçar um pouco o vidro para dar à destinação dos recursos alguma transparência. E, quiçá, convencer deputados e senadores a aplicar parte do dinheiro nos seus projetos estruturantes.

Para que reforma, então, nesse cenário em que os movimentos são tão limitados? Isso ninguém, por mais próximo de Lula que seja, sabe responder. Porque ele mesmo ainda não deixou claro o que pretende. Trocar a articulação política por alguém do PT ou do Centrão é uma possibilidade, mas sem garantia de sucesso.

A Saúde - em qualquer diagnóstico sério de desempenho do tripé comunicação, gestão e política - teria de ser o primeiro ministério a ser consertado, até porque o fracasso nessa área que mexe literalmente com a vida de todos pode custar a reeleição. Mas ninguém sabe se Lula insistirá, sabe-se lá por quê, em manter Nísia Trindade, que é seriíssima e tem biografia a toda prova, mas não deu certo na função.

Com esse grau de improviso e falta de rumo, a reforma pode resultar apenas na troca de seis por meia dúzia ou, pior, quatro ou cinco.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Reforma sem rumo não conserta nada

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/vera-magalhaes/coluna/2025/02/reforma-sem-rumo-nao-conserta-nada.ghtml>